



Brasil se destaca na redução de emissões de CO₂, diz ministra

Ministra Izabella Teixeira afirma que o país terá papel relevante em conferência sobre o clima, no Peru

O papel do Brasil em acordos internacionais sobre o clima foi destacado pela ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, em audiência no Senado. Ela disse que a emissão de gases de efeito estufa foi reduzida em 42%. Segundo ela, o Brasil não está obrigado a cumprir metas previstas em acordo global, mas as transformou em lei com a Política Nacional sobre Mudança do Clima. **2**

Presidente da comissão, Vital do Rêgo (ao microfone), ministra Izabella Teixeira e convidados discutem direito ambiental



Geraldo Magela/Agência Senado

Alunos do Jovem Senador chegam a Brasília **2**

Lida no Senado a retirada de urgência no superávit **3**

MP das Farmácias pode ser votada amanhã **3**

Audiência aponta falhas na armazenagem



A baixa capacidade de armazenamento de grãos no Brasil encarece a produção e dificulta a competitividade, segundo participantes de debate na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Representante do Ministério dos Transportes relatou esforços para melhorar o escoamento da produção. **4**

Fleury (2º à esq.) coordena o debate com representantes do governo e do setor produtivo

Entram em vigor regras para acessar o Plenário **4**

TCU debate boa gestão com governadores **4**

ACONTECEU NO SENADO

Casa é referência no país em acesso à informação

Pesquisa da Fundação Getúlio Vargas mostrou que o Senado atendeu

100% das demandas por informação apresentadas por cidadãos. **4**



Serviço de Informação ao Cidadão recebe e encaminha pedidos de dados

Waldemir Barreto/Agência Senado

Pesquisa FGV comprova
Senado é 100% transparente

SENADO FEDERAL



Conforme a pesquisa Estado Brasileiro e Transparência, da Fundação Getúlio Vargas, o Senado atendeu a 100% dos pedidos de informação no mais abrangente estudo feito sobre o cumprimento da Lei de Acesso à Informação.

Ministra destaca papel do país em acordos climáticos

Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira afirma que o Brasil será protagonista nas negociações climáticas internacionais. País participa em dezembro de mais uma conferência do clima, no Peru

AO DESTACAR A redução, no Brasil, de 42% das emissões de gases de efeito estufa entre 2005 e 2012, a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, disse que o país irá à conferência da ONU sobre mudanças climáticas, no início de dezembro, em Lima, no Peru, com postura política de protagonismo. A ministra participou, na sexta-feira, de audiência pública da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) sobre o papel da Justiça na proteção ambiental. Ela apontou os benefícios da articulação com o Judiciário para o protagonismo do país nas questões climáticas.

Izabella Teixeira lembrou que o Brasil, como todos os países em desenvolvimento, não está obrigado a cumprir meta de redução de emissões prevista em acordo global. No entanto, desde 2009 o governo brasileiro assumiu metas voluntárias, transformadas posteriormente pelo Congresso em metas compulsórias, fixadas na Lei 12.187/2009, que instituiu a Política Nacional sobre Mudança de Clima.

— Essa situação fez com que o Brasil construísse políticas e planos setoriais de desenvolvimento, de redução de emissões, à semelhança do que muitos países desenvolvidos deveriam estar fazendo. Pelos balanços globais e pelo relatório do IPCC (Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas), há a sinalização de que os países estão



Senadores e a ministra Izabella (2ª à esq., sentada) debatem sobre clima

aumentando suas emissões. E o Brasil reduziu — comemorou.

O presidente da CCJ, Vital do Rêgo (PMDB-PB), que propôs a audiência, também destacou os ganhos para o meio ambiente decorrentes de maior aproximação entre legisladores e juizes.

— Se nós, legisladores, nos aproximamos mais dos juizes e passamos a melhor conhecer os desafios que enfrentam na implantação da legislação ambiental, estaremos mais bem aparelhados para aprimorar as propostas que nos forem submetidas nesse campo ou até mesmo para propor novas ideias que permitam o melhor tratamento desse tema tão complexo quanto variado — disse.

Anibal Diniz (PT-AC), que coordenou os painéis seguintes, destacou que o Acre é a terra de Chico Mendes, ícone da luta ambiental no país, que “doou sua vida para que o país e o mundo entendessem a impor-

tância da preservação da Amazônia”. Ele disse também que, no Acre, essa ideia prosperou e hoje 87% das florestas locais continuam intactas, graças a políticas de governo baseadas no conceito de florestania de desenvolvimento sustentável.

Balanço

A ministra aproveitou para anunciar que, em dezembro, o governo federal divulgará o primeiro balanço dos seis meses de implantação do Cadastro Ambiental Rural (CAR), que já cobriu cerca de 132 milhões de hectares, um terço do território a ser mapeado.

— Depois de debates acalorados para votação do Código Florestal, hoje temos uma situação positiva, de engajamento de todos em torno do cadastro ambiental e, a partir daí, vamos fazer o processo de regularização ambiental — disse a ministra.

Estudantes chegam hoje para o Projeto Jovem Senador

Os vencedores do 7º Concurso de Redação do Senado chegam a Brasília hoje para participar do Projeto Jovem Senador 2014. São 27 estudantes do ensino médio de escolas públicas cujas redações, sobre o tema “Se eu fosse senador...”, foram selecionadas em cada estado e no Distrito Federal. Durante esta semana, eles apresentarão os estados em um

mandato simulado de senador.

A representante de MT, Nathalia Lima Janones, foi classificada em 1º lugar nacional com o título “Uma educação que transforma”. Ana Paula Schwengber, de RO, e Maria Jéssica Silva de Almeida, de PE, foram a 2ª e a 3ª colocadas.

Amanhã eles tomam posse e iniciam atividades que se estendem por três dias. Elegem

uma mesa diretora, se dividem em três comissões (Direitos Humanos e Meio Ambiente; Financiamento da Educação; e Educação) e apresentam e votam sugestões legislativas.

Os textos aprovados são encaminhados à Comissão de Direitos Humanos, onde podem vir a tramitar. Hoje há 24 projetos de jovens senadores tramitando na Casa.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



SEGUNDA

PLENÁRIO Discursos

14h A sessão não deliberativa é destinada a pronunciamentos dos senadores e a recados da Mesa.

PRESIDÊNCIA Governança

14h30 Seminário Pacto pela Boa Governança: um retrato do Brasil, no Museu Nacional da República, em Brasília.

CDH Racismo no futebol

9h A Comissão de Direitos Humanos realiza audiência pública interativa para debater o racismo sofrido pelos jogadores negros nos estádios.

TERÇA

CCT Programa espacial

8h30 Em debate, o Programa Espacial Brasileiro, abordando a implantação do Satélite Geoestacionário de Defesa e de Comunicação.

INSTITUCIONAL Jovem Senador

9h Premiação dos vencedores do 7º Concurso de Redação do Projeto Jovem Senador. Depois, posse dos jovens senadores.

CMA Emendas à LDO

9h30 A Comissão de Meio Ambiente se reúne para votar as emendas da comissão ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2015.

CAE Emendas à LDO

10h A Comissão de Assuntos Econômicos vota emendas da comissão à LDO de 2015, a serem apresentadas à Comissão Mista de Orçamento.

CE Exames em escola pública

11h A Comissão de Educação, Cultura e Esporte discute a obrigatoriedade de exames de saúde nas escolas da rede pública de ensino fundamental (PLC 165/2010).

CPMI DA PETROBRAS Requerimentos

14h30 Os parlamentares que integram a CPI Mista da Petrobras se reúnem para apreciar 436 requerimentos.

MEDIDA PROVISÓRIA Farmácias

14h30 Comissão examina a MP 653/2014, que dispõe sobre o exercício e a fiscalização das atividades farmacêuticas.

CCAI Atividades de inteligência

16h A Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência faz reunião para apreciar requerimentos de convocação de autoridades e de realização de audiência.

QUARTA

CI Emendas à LDO

7h30 A Comissão de Serviços de Infraestrutura discute propostas e requerimentos. Também avalia emendas ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2015.

CDR Emendas à LDO

9h A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo também deve avaliar e votar emendas apresentadas ao à LDO para 2015.

CCJ Sabatina

9h A Comissão de Constituição e Justiça faz sabatina do almirante de esquadra Carlos Augusto de Sousa para o cargo de ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga decorrente do falecimento do almirante de esquadra Marcos Martins Torres. Às 10h, o colegiado analisa, entre outros, o projeto que dispõe sobre a reintegração no emprego de funcionários da Caixa Econômica Federal (PLS 76/2007).

CERIMÔNIA Dia da Bandeira

9h Cerimônia de hasteamento do Pavilhão Nacional na rampa do Congresso, em homenagem ao Dia da Bandeira.

CPI DA PETROBRAS Requerimentos

9h30 A CPI da Petrobras exclusiva do Senado analisa 32 requerimentos.

CAMPANHA Violência contra mulher

10h O Congresso lança a campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres. A campanha teve início em 1991, por iniciativa do Centro de Liderança Global de Mulheres (Center for Women's Global Leadership).

CPMI DA PETROBRAS Debate

14h30 A CPI mista vai discutir o regime de contratações da Petrobras. Entre os convidados, o professor de economia da Unicamp Luiz Gonzaga Belluzzo.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a reunião da Comissão de Direitos Humanos. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portella

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos,

João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral e secretário-geral da Mesa:

Luiz Fernando Bandeira

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretor-adjunto: Flávio de Mattos

Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Marco Antonio Reis

Diretor-adjunto: Flávio Faria

Coordenação de Cobertura: Nelson Oliveira

Coordenação de Edição: Sílvio Burtle

Coordenação de Multimídia: James Gama

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição: André Falcão, Laércio Franzone, Marina Domingos e Ricardo Westin

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira, Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

Possibilidade de acelerar a análise do projeto gerou controvérsia entre senadores. Proposta muda o limite da economia que a União faz para pagar juros da dívida pública

Pedido de urgência para superávit é retirado

A MENSAGEM DO governo desistindo da urgência para o Projeto de Lei do Congresso (PLN) 36/2014, que altera a meta de superávit fiscal deste ano, foi lida em Plenário na sexta-feira. A chegada do documento foi anunciada por Ana Amélia (PP-RS), que presidia a sessão.

A possibilidade de acelerar a discussão da proposta vinha gerando controvérsia entre os parlamentares, já que não havia consenso quanto à aplicação da urgência constitucional. O governo pretende modificar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2014

para ter liberdade para manejar o superávit primário, que é a economia feita para pagar os juros da dívida pública.

Na quinta-feira, o presidente do Senado, Renan Calheiros, esclareceu, por meio de nota, que a análise da proposição seria em tramitação ordinária e que apenas foi fixado o calendário de votação do texto pela Comissão Mista de Orçamento (CMO).

Pelo calendário, os parlamentares têm até hoje para apresentar emendas. O relatório de Romero Jucá (PMDB-RR) deve estar pronto amanhã, para ser votado na quarta-feira.



Cumprindo cronograma de tramitação na CMO, o relator Romero Jucá deverá concluir relatório sobre a proposta amanhã

Marcos Oliveira/Agência Senado

Comissão deve votar relatório da MP das Farmácias amanhã

A votação do relatório da Medida Provisória 653/2014 está marcada para amanhã, às 14h30. A reunião será uma continuação da de quinta-feira, quando o deputado Ivan Valente (PSOL-SP), contrário à medida, apontou falta de quórum para deliberação. Depois da apresentação do relatório e de muita controvérsia, a presidente da comissão, senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), concedeu vista coletiva e convocou a nova reunião.

A MP 653 relaxa a exigência de farmacêutico em farmácias caracterizadas como peque-



A MP permite farmácias pequenas funcionarem sem a presença de farmacêutico

Jimmy Christiano/Agência Senado

nas ou microempresas. Pela Lei 13.021/2014, publicada em agosto, a presença do profissional é obrigatória em

todos os estabelecimentos farmacêuticos enquanto o comércio funcionar.

Com a medida provisória,

porém, as farmácias enquadradas no Estatuto da Micro e Pequena Empresa (Lei Complementar 123/2014) passaram a adotar as regras da Lei 5.991/1973. A lei permite a presença de "prático de farmácia, oficial de farmácia ou outro", inscrito em conselho regional de Farmácia (CRF), como responsável do estabelecimento, desde que comprovada a ausência de farmacêutico na região. Essas unidades ainda devem ser licenciadas pela autoridade sanitária local.

O deputado Manoel Junior (PMDB-PB), relator da MP,

manteve o relaxamento da exigência de farmacêutico em farmácias caracterizadas como pequenas ou microempresas e acatou emenda para permitir assistência do profissional de forma remota.

No relatório, o deputado reconhece que a presença de farmacêutico, conforme determina a Lei 13.021/2014, torna a entrega dos medicamentos mais segura e de melhor qualidade. No entanto, ele aponta déficit de profissionais para atender a demanda e dificuldades de cumprimento da norma por pequenas farmácias, especialmente no interior.

Simon diz que "nada pode ser jogado debaixo do tapete"

Ao comentar, em Plenário, as prisões e os mandados de busca e apreensão realizados pela Polícia Federal na Operação Lava-Jato, sexta-feira, Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou que a situação se tornou irreversível. Para o senador, a investigação deverá ser criteriosa, sem "nada jogado embaixo do tapete".

— Se a questão não for super bem resolvida, fica difícil começar um novo governo com o respeito necessário para trabalhar — avaliou.

Chocado com as prisões de diretores da Petrobras e de empresas ligadas à estatal, mostrando agora que "as manchetes de jornais estão sendo substituídas pelos fatos", o senador lamentou que o governo eleito viva uma "confusão generalizada". Segundo ele, o Executivo não está tendo a oportunidade de viver a melhor fase de uma candidatura vitoriosa, entre a eleição e a posse.



Pedro França/Agência Senado

Ana Amélia elogia investigações da PF na Petrobras e no Pronaf

Ana Amélia (PP-RS) elogiou, na sexta, a atuação da Polícia Federal, da Controladoria-Geral da União (CGU) e de outros órgãos em investigações na Petrobras e no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Para a senadora, a atuação dessas instituições ajuda a proteger o patrimônio público e exige igual atenção e reflexão dos parlamentares.

— Nós precisamos auxiliar nesse processo para que as explicações exigidas por toda a sociedade sejam dadas de forma clara e transparente e os respectivos envolvidos nessas supostas irregularidades, caso sejam comprovadas, sejam punidos exemplarmente — disse.

Ela citou a sétima fase da Operação Lava-Jato, deflagrada pela PF, que cumpriu mandados de prisão e de busca e apreensão em cinco estados e no DF. Lembrou também a suspeita de que cerca R\$ 80 milhões teriam sido desviados do Pronaf.



Pedro França/Agência Senado

Para Figueiró, governo escondeu real situação econômica nas eleições

Ruben Figueiró (PSDB-MS) criticou a presidente da República, Dilma Rousseff, na sexta-feira, em Plenário. O senador a acusou de mentir durante a campanha eleitoral ao garantir que a inflação e as contas públicas estavam sob controle. Prova disso, segundo o parlamentar, é o projeto de lei enviado pelo governo para ajustar a meta de superávit fiscal de 2014.

— A presidente praticou estelionato no sentido político e moral porque mentiu sobre a situação econômica do país para ganhar as eleições — apontou.

O senador afirmou ainda que o governo também escondeu da sociedade, até o segundo turno das eleições, várias informações negativas, como o aumento da miséria e do desmatamento.

Além disso, acrescentou Figueiró, após o período eleitoral, Dilma aumentou a taxa de juros, o preço da gasolina e anunciou reajustes na tarifa de energia elétrica.



Pedro França/Agência Senado

Aureliano defende voto direto para eleger suplente de senador

Ao destacar a necessidade de uma reforma política no país, Antônio Aureliano (PSDB-MG) defendeu a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 39/2014, apresentada por ele, determinando que o suplente de senador seja eleito por voto direto.

Na opinião de Aureliano, a proposta vai fortalecer a legitimidade do senador suplente e revigorar o princípio da representatividade parlamentar, permitindo que o cidadão saiba em quem está votando.

Atualmente, o suplente pode assumir uma vaga no Senado mesmo sem ter recebido um único voto. Ele lembrou que a alteração do sistema é um "tema sensível" e objeto de reiteradas tentativas de mudanças.

— Dos protestos de 2013 às eleições de 2014, ecoou um grito de basta ao modelo político atual, que se apresenta desgastado e cambaleante. O pleito deste ano consagrou a palavra "mudança" — afirmou.



Pedro França/Agência Senado

Anibal pede pressa na aprovação da proposta que incentiva inovação

Anibal Diniz (PT-AC) fez um apelo para que o Senado aprove com rapidez a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 12/2014, que introduz o conceito de inovação tecnológica na Constituição. A matéria pede prioridade para a pesquisa no setor, permitindo ainda o uso de recursos públicos para fortalecer empresas inovadoras e polos tecnológicos.

Ele relatou que se reuniu semana passada com representantes da comunidade científica brasileira que ressaltaram a importância da aprovação da proposta, já que o país conta com muitas amarras que impedem a criatividade e a busca de um caminho diferenciado para simplificar os processos da produção científica nacional.

A intenção de Anibal é que a PEC seja votada em breve, com acordo que levaria à promulgação da proposta ainda nesta legislatura.



Pedro França/Agência Senado

Debatedores defendem armazenagem de grãos

Brasil precisa investir melhor no setor para obter preços mais competitivos, segundo participantes de audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

PARTICIPANTES DE AUDIÊNCIA pública realizada na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), sexta-feira, afirmaram que a baixa capacidade de armazenamento de grãos no Brasil encarece a produção e dificulta a competitividade.

O representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Alexandre Bernardes, disse que a evolução da capacidade estática armazenadora não acompanhou a produção agrícola e acabou gerando um estrangulamento da infraestrutura.

— Daí a necessidade de investirmos em estruturas de armazenagem, sejam elas públicas ou privadas — afirmou.

Os senadores Fleury (DEM-GO) e Ruben Figueiró (PSDB-MS) observaram que, enquanto o Brasil tem capacidade de armazenamento para menos de uma safra, os Estados Unidos conseguem armazenar duas

safras seguidas. Fleury lembrou que o agronegócio está diretamente vinculado ao superávit do país e, na condição de produtor rural, disse ser “muito triste plantar sem seguro e, depois de colher, perder por não ter onde armazenar”.

Ele disse que, quando o armazenamento não é feito em armazéns de propriedades rurais, a produção acaba ficando no controle do governo e dos *trading*s.

Escoamento

Representando o Ministério dos Transportes, Alexandre Sampaio afirmou que a pasta vem se esforçando para melhorar a infraestrutura de transporte a fim de conduzir o escoamento da safra de grãos. Entre as ações, ele destacou a implementação dos portos da Região Norte para desafogar os do Sudeste e o incentivo aos transportes aquaviário e ferroviário para reduzir o fluxo nas estradas.

O superintendente de Armazenagem da Conab, Rafael Bueno, informou que a capacidade estática de armazenamento subiu 2,1% em relação a 2012–2013, principalmente devido a planos como o Programa de Construção de Armazéns. Em relação ao Plano Agrícola e Pecuário 2013–2014, Bueno explicou que foram disponibilizados R\$ 500 milhões para a Conab, sendo R\$ 350 milhões para a construção de dez unidades armazenadoras e R\$ 150 milhões para a reforma e modernização de 80 unidades já existentes.

Ele explicou que o Plano Safra 2013–2014 prevê liberação de R\$ 25 bilhões em cinco anos, com estimativa de incremento em 65 milhões de toneladas de capacidade estática. Bueno explicou que a taxa de crescimento da produção agrícola é superior à da infraestrutura, mas disse acreditar que o crescimento vai contribuir para o setor.



Fleury (2º à esq.) e participantes do debate observam apresentação sobre armazenagem no Brasil

Novas regras para acesso ao Plenário começam a valer hoje

Já estão em vigor as novas regras para acesso ao Plenário do Senado, conforme o Ato 14/2014 da Comissão Diretora. O objetivo é evitar que o excesso de pessoas tumultue o trabalho.

Somente senadores, suplentes, deputados federais, ex-senadores e ministros poderão ficar no Plenário. Os servidores em serviço deverão estar credenciados. Os convidados de senadores terão que ficar ao lado de quem os convidou e apenas durante o tempo necessário para concluir a conversa ou entrevista.

A tribuna de imprensa, a tribuna de honra e as galerias não ficam sujeitas à restrição. Em sessões especiais ou debates temáticos, haverá exceções para acesso de autoridades, personalidades e integrantes da sociedade.

TCU debate com governadores pacto pela boa gestão

O Tribunal de Contas da União (TCU) faz hoje, no Museu Nacional da República, em Brasília, o seminário Pacto pela Boa Governança: um retrato do Brasil. No evento, será apresentado à presidente da República e aos governadores eleitos documento com diagnóstico sobre temas como saúde, educação, previdência social, segurança pública e infraestrutura. O objetivo é promover diálogo sobre o aperfeiçoamento da administração pública e o desenvolvimento integrado da nação.

O evento será em formato de talk-show, dividido em cinco blocos. Em cada bloco, serão debatidas com os governantes eleitos informações sobre um dos temas, com base em fiscalizações e relatórios recentes do TCU.

ACONTECEU NO SENADO



“O Senado chegou aonde queríamos”, disse Renan, parabenizando senadores e servidores

FGV aponta Senado como o mais transparente do Poder Legislativo

Foram pesquisados Congresso, assembleias estaduais e câmaras municipais

O Senado é a instituição mais transparente entre os órgãos do Poder Legislativo, segundo estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV). A Casa atendeu 100% das demandas originadas com base na Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011).

A FGV pesquisou 138 órgãos públicos do Executivo, Judiciário e Legislativo nas esferas

municipal, estadual e federal, nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais e no Distrito Federal.

A pesquisa também revelou que o Senado é o mais ágil ao responder aos pedidos de jornalistas e cidadãos, com tempo médio de 15,8 dias. O prazo determinado pela lei é de 30 dias.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, comemorou:

— Apenas o Senado, entre todas as instituições, respondeu a 100% do que lhe foi demandado — afirmou, referindo-se aos órgãos legislativos.

O senador destacou como ações fundamentais ao desempenho da Casa a criação da Secretaria da Transparência, do Conselho de Transparência e Controle Social e do Portal da Transparência na internet.

TEXTO MUDA REGRA DO SUPERÁVIT

Chegou ao Congresso, na terça-feira, proposta do governo (PLN 36/2014) que muda a regra de cálculo do superávit primário — economia para pagamento de juros da dívida. A proposta eliminou o teto de abatimento da meta de superávit. Assim, o governo ficou mais à vontade para manejar as contas e alcançar um resultado positivo este ano, que, até setembro, acumulava déficit de R\$ 20,7 bilhões. A ministra do Planejamento, Miriam Belchior, disse que o governo mantém o compromisso com o equilíbrio fiscal.

APROVADA MP DA POLÍCIA FEDERAL

O Plenário do Senado aprovou as mudanças na carreira dos delegados da Polícia Federal (PF) feitas pela Medida Provisória (MP) 657/2014. O texto, que tornou privativo de delegados da classe especial o cargo de diretor-geral da instituição, seguiu para sanção presidencial. Já a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) acatou substitutivo ao PLS 121/2009, que prevê a possibilidade de que o assédio moral no serviço público seja enquadrado como ato de improbidade administrativa. A proposta vai para a Câmara.

COMISSÃO PROTEGE MULHER E CRIANÇA

A Comissão de Direitos Humanos aprovou projeto (PLS 443/2011) de Humberto Costa (PT-PE) que garante benefício financeiro a mulheres vítimas de violência doméstica e em situação de vulnerabilidade temporária. Também acatou proposta (PLS 379/2012) de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) que prevê tentativas de reinserção familiar da criança ou do adolescente antes da decisão definitiva de adoção. Como os dois textos passaram por votação final, devem seguir para análise da Câmara dos Deputados, se não houver recurso para análise pelo Plenário.

DEFICIENTE E IDOSO TÊM BENEFÍCIOS

Vários outros projetos aprovados na CDH seguem para a Câmara. Entre eles, o PLS 541/2011, que assegura condições de acessibilidade às calçadas por pessoas com deficiência; o PLS 387/2009, que reserva assentos em espetáculos a pessoas com deficiência; o PLS 78/2011, que garante o direito a moradia às pessoas com mobilidade reduzida; o PLC 62/2013, que busca mais eficiência das ações voltadas aos idosos; o PLS 263/2011, que prevê acesso gratuito para idosos em eventos esportivos e culturais; e o PLS 247/2012, que impede o uso inadequado de psicofármacos em menores.

TCU RECOMENDA PARADA EM 4 OBRAS

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) recomendando a paralisação, por irregularidades graves, de quatro obras que recebem recursos do governo federal. Segundo o presidente do TCU, Augusto Nardes, o tribunal sugeriu também a retenção de recursos em outras cinco obras. Na CCJ, foi aprovado em decisão final o PLS 289/2013, do senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), que visa assegurar maior divulgação, pela internet, das obras e dos serviços públicos em andamento. O texto, que vai à Câmara, obriga administração pública e empresas a prestarem as informações.

PROPOSTA LEGALIZA IMÓVEIS RURAIS

A CCJ aprovou projeto (PLC 90/2012) que considera legalizados os títulos dos proprietários de até 15 módulos fiscais em faixa de fronteira. Cada módulo varia de 5 a 110 hectares. A faixa é o trecho de 150 quilômetros ao longo das fronteiras com países vizinhos. A proposta revoga a Lei 9.871/1999, que estabeleceu prazo de dois anos para o requerimento da ratificação ao Incra, condição para tornar o título definitivamente legalizado. Decorrido o prazo sem serem cumpridas as exigências, o Incra cancelava o título e registrava o imóvel em nome da União, o que prejudicou muitos proprietários de imóveis rurais.